



PORTADOR DA SÍNDROME DE DOWNE: OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NOS DIAS ATUAIS**BEARER OF DOWNE SYNDROME: THE CHALLENGES OF INCLUSION IN THE PRESENT DAY**OLIVEIRA, Nicéia Alves de¹**RESUMO**

A inclusão de um portador de Necessidades Especiais ao campo da Educação ainda, nos dias de atuais encontra múltiplos desafios. Quando focamos a Síndrome de Down (SD) no ensino regular, a um entendimento amplo dos obstáculos a serem enfrentados, várias dificuldades que vão, desde suas particularidades quanto necessidade que em curto período pode ser detectada e atendidas, pelo menos em parte. O portador de SD é capaz de compreender suas limitações, quanto, habituar-se com as dificuldades, todavia, também pode lutar para romper seus limites. Neste âmbito a integração, expõe o benefício de existir a interação entre crianças, que propicia o desenvolvimento em conjunto, a igualdade de oportunidades, quanto o respeito à diferença humana e cultural. Sendo assim, com uma boa recepção é possível expressar a aceitação, respeito, em relação às pessoas ou grupos de pessoas, conforme suas características.

Palavras Chave: Síndrome de Down; Educação Especial; Inclusão.

ABSTRACT

The inclusion of a person with Special Needs in the field of Education still in the present day faces multiple challenges. When we focus on Down Syndrome (DS) in regular education, to a broad understanding of the obstacles to be faced, several difficulties ranging from its particularities to the need that in a short period can be detected and met, at least in part. The patient with DS is able to understand their limitations, how much to get used to the difficulties, however, can also struggle to break their limits. In this context, integration exposes the benefit of interaction between children, which provides joint development, equal opportunities, respect for human and cultural difference. Thus, with a good reception it is possible to express acceptance, respect, in relation to people or groups of people, according to their characteristics.

Keywords: Down syndrome; Special education; Inclusion.

¹Licenciada em Educação Artística (Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN); licenciada em Pedagogia (Instituto Superior de Educação Alvorada Plus); licenciada em Educação Especial (Faculdade FAVENI); Especialização em Arte e Educação (Faculdade Iguazu); Professora efetiva na Secretaria Municipal de Educação de Rio Brillante - MS. E-mail: nilceiamurilo@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho possui como objetivo estudar como a educação especial e inclusiva está sendo trabalhada nas escolas, se o bem-estar desses alunos que apresentam deficiências físicas ou neurológicas, está tendo seus direitos ao desenvolvimento físico, psíquico e cognitivo atendidos.

Este trabalho se justifica porque para a construção de uma verdadeira sociedade inclusiva é importante, que se tenha preocupação e cuidado com o aluno que se está recebendo, pois, a família chega na escola com insegurança, muitas vezes até medo e cabe a escola acolher e atender muito bem para que tanto a família quanto o aluno se sintam seguro. Afinal, através da boa recepção é possível expressar a aceitação, respeito, em relação às pessoas ou grupos de pessoas, conforme suas características.

O discurso de inclusão e integração, a cada dia tem progressos na prática excludente que muitos desses portadores vivenciam em seu cotidiano. As aparições de várias síndromes têm sido divulgadas pela sociedade por meio da mídia, trazendo discussões acerca desta questão, quanto também gerando mais estudos e pesquisas que suscitam conhecimento sobre tais síndromes, como também, novas formas de tratamento, inclusão escolar e tantos outros métodos.

2. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO

Para Pimentel (2007) a história da Educação Especial expõe que em todos os seus períodos vivenciados, sempre existiu grupos que procuraram considerar e qualificar a vida dos indivíduos com necessidades educativas especiais, nesta perspectiva encontra-se três fases bem distintas deste contexto, sendo essas: Extermínio, Filantropia e a Ciência.

Desde o ano de 1990, há uma mobilização de muitos profissionais nas áreas de Educação, saúde, esporte no intuito de adquirir novos conhecimento, desenvolvendo um trabalho mais diligente a respeito não somente das síndromes, mas também, de alcançar outras deficiências (CORRÊA et al, 2005). Compreender

como bebês e crianças adquirem suas capacidades, e ao mesmo tempo avaliadas em suas aptidões que fazem parte de seu desenvolvimento motor é um dos pontos estudados por estudiosos, dentre esses estão as questões que geram estas modificações comportamentais tornando-se menos denso, quando ocorre em crianças portadoras de necessidades específicas, pois permite a elaboração de programas de intervenção aprimorados e mais eficientes (Pimentel, 2012).

Na etapa designada “Extermínio”, os indivíduos que exibiam necessidades especiais não tinham o direito à vida, fato ocorrido no período primitivo, quando os nômades se deslocavam em busca de alimentos e melhores lugares, sendo o deficiente, um peso ou mesmo conceituado como empecilho. Quando não eram expulsos do convívio social, e não poucas vezes avaliados como maldição (MAZZOTTA, 2005).

Garghetti, Medeiros e Nuernberg (2013) expõem que no auge da idade média o domínio religioso da igreja era muito forte. E a filosofia deste período declarava que o corpo era receptáculo da mente e da alma, nesta compreensão o corpo necessitava ser perfeito, pois trazia em si, o espírito Divino. E toda deficiência era abrangida por meios de superstições. Assim, eram separadas da sociedade juntamente com suas famílias, quando não mortas e torturadas.

Aranha (2001) enfatiza que neste período denominado assistencialista ou até mesmo avaliado como “caridoso”, não compreendia na íntegra, a totalidade de sua vivência que por vezes findava sendo segregada à, quanto excludente.

Em outro escrito de Aranha (1995) destaca-se que a terceira etapa era denominada como: Científica- Sendo marcada pela transformação política e econômica, devido a Revolução Burguesa, onde destacou-se a ampliação do conhecimento da medicina, dando início as discussões temáticas como a deficiência vinda da herança genética, ou podendo ser um distúrbio físico e intelectual.

Mazotta (2005) descreve que no fim da Idade Média, no transcorrer do século XVIII, surgiu na França a primeira instituição para alunos cegos. No Brasil somente em 1854, iniciou-se um trabalho voltado para os deficientes visuais por meio do Instituto Benjamim Constant (EBC), e no ano de 1857, deu início a um trabalho para

indivíduos com problemas auditivos por meio do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Com tais avanços, surge a Inclusão em Salamanca que transformou a visão que se apresentava da Escola Especial. Abaixo será abordado um panorama da Educação Especial.

No século XX, a questão educacional foi sendo moldada, mais pela concepção médico-pedagógica, sendo mais marcada nas causas biológicas da deficiência. Com o avanço da psicologia, novas teorias de aprendizagem começam a influenciar a educação e configuram a concepção na linha da psicopedagogia, que ressalta a importância da escola e enfatiza os métodos e as técnicas de ensino.

Por volta da década de 1990 e início do século XXI, começam a aparecer os estudos em Educação Especial no Brasil (MAZZOTTA, 2005). De acordo com os estudos de Mazzotta (2005), é possível destacar três atitudes sociais que marcaram o desenvolvimento da Educação Especial no tratamento dado às pessoas com necessidades especiais especialmente no que diz respeito às pessoas com deficiência: marginalização, assistencialismo e educação/reabilitação.

É sempre bom salientar que a primeira e mais importante ajuda para alguém com necessidade especial é a família, isto através de responsabilidade, paciência, vontade, disposição, amor e dedicação, uma vez que todas as pessoas e profissionais envolvidos devem ser parceiros neste desafio. Um desses parceiros é sem dúvida o educador. O educador quanto mais seguro e calmo for, a ansiedade e insegurança dos pais do educando se dissolverá com mais facilidade. A forma como o educador agir influenciará decisivamente o comportamento da família e do próprio educando.

A família assim como a escola muitas vezes parece não ter se dado conta nas mudanças internas e externas que ambas sofreram na área da educação, nem mesmo de possíveis alterações dos papéis que desempenham na formação de cada indivíduo com alguma necessidade educacional especial. Parece haver dificuldades para aceitar os novos modelos de relacionamento professor/aluno, professor/família, aluno/família, e em especial nos novos modelos do processo ensino/aprendizagem. Tanto a família quanto a escola precisam mudar seus papéis procurando assim, em conjunto sanar as dificuldades apresentadas pelos educandos.

A família precisa estar presente na escola, não deve vir à escola apenas em festas ou em algumas palestras que julgam ser importantes para o desenvolvimento do educando, ou até mesmo sob pena de perder benefícios que o Estado criou para manter todas as crianças na escola. É de extrema importância que a família esteja presente na vida do aluno, pois assim ele se sentirá importante e incluído.

Desta maneira, o Estado necessita assumir a sua parte, na qual cria condições de trabalho e de permanência da criança na escola. Deve propiciar às famílias e aos educadores da comunidade escolar qualidade de vida e lugar no mercado ao ponto que possam cumprir com todas as funções sem se sobrecarregar, fator este que faz uma grande diferença no processo de (re) aproximação e envolvimento mútuo no processo ensino aprendizagem.

É visível que tanto a família quanto a escola sofreram grandes modificações. Houve mudanças boas, especialmente no que diz respeito a aceitação da diferença, do outro e a família começou a aceitar com mais facilidade, ou seja, com menos dor, a deficiência de um de seus membros. A escola precisa estar em sintonia com a família para que todo processo educacional caminhe junto, lado a lado. A sociedade atual, da informação, exige novos comportamentos e conhecimentos que necessitam ser incorporados às formas ultrapassadas de relacionamento.

Como se pode evidenciar em documentos e na Lei há sempre a família e aos pais como elementos importantes para o processo das políticas públicas educacionais, no entanto, isto parece não acontecer de fato. Como é possível constatar o próprio Plano Decenal de Educação para Todos traz inúmeros projetos educacionais que foram iniciados e não chegaram a ser concluídos. Tal fato deriva:

Direta e indiretamente da instabilidade política e econômica que tem afetado o País nas últimas décadas, mas, também, de concepções equivocadas de reformas educacionais e da elaboração de projetos sem consistência operacional (BRASIL, 1993, p. 27).

Estar consciente da realidade que a escola tem diante das dificuldades encontradas é muito importante para que a família e a escola necessitem muitas vezes repensar seus papéis diante deste fato que é de suma importância, pois ao ingressar

um indivíduo com deficiência na escola, ambos deve ter ciência que a luta é árdua, mas que vale a pena quando se luta em conjunto para a melhoria da qualidade de vida do educando com alguma necessidade educacional especial.

Pois ao incluir o educando há de se ter a real preocupação em possibilitar um convívio por parte de todos, independente, das diferenças e como afirma Omote:

À inclusão depende de diferentes medidas e arranjos que possibilitem o convívio e a co-ação, por parte das pessoas com as mais variadas diferenças, envolvendo as mais diferentes situações de vida diária, de modo a favorecer o pleno desenvolvimento e realização de todos (OMOTE, 2004, p. 65).

Para que exista uma realização do desenvolvimento do educando há de se estar sempre em sintonia, a família e a escola, pois quando se tem uma reciprocidade entre ambos o educando só tem a ganhar, acima de tudo ganhando autoconfiança para conseguir enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

Nas crianças com a síndrome, o tempo do desenvolvimento da compreensão é bem menor que o tempo de desenvolvimento da fala. Deste modo, é importante para os que as rodeiam, saberem como incentivá-las, para que elas saibam que estão a ser compreendidas (MARTINHO, 2011, p. 81).

Tanto a família e escola, podem e devem trabalhar de forma conjunta com as crianças com deficiências. Uma vez que a história da educação especial teve início no Brasil na segunda metade do século XIX, quando as pessoas com deficiências eram vítimas de negligência e abandono. “Em um primeiro momento, a educação desses indivíduos acontecia em escolas anexas aos hospitais psiquiátricos e também em instituições especializadas” (SILVA, 2010, p. 9).

Conforme Maciel (2000) a estrutura das sociedades, desde suas origens, infelizmente fez das pessoas com deficiências, no mínimo algo como privando-as de liberdade e marginalizando-as, pois, foram alvo de atitudes preconceituosas. Para Maciel (2000) houve movimentos nacionais e internacionais têm buscado uma política inclusiva, cujo auge se deu em junho de 1994, por meio da Declaração de Salamanca, elaborada nessa cidade espanhola durante Conferência Mundial de Educação Especial, que contou com a participação de 88 países e 25 organizações

internacionais. Essa declaração marcou a mudança de olhar para a realidade discriminatória que as pessoas com deficiências enfrentam.

A participação da família na escola é uma necessidade para sanar diversas problemáticas referentes ao desempenho do aluno (Daneluz, 2008). Por isso, é importante compreender as diferentes famílias e descobrir a melhor maneira de auxiliá-las no processo de ensino aprendizagem, pensando prioritariamente no aluno, visando sua aprendizagem e sua inclusão.

Na Síndrome de Down existe uma limitação na transmissão e na comunicação de muitos destes sistemas neurológicos, deste modo, não é de estranhar quando se observa na criança uma dificuldade, descoordenação ou demora em dirigir a atenção para o que pretende e maior dificuldade em transferir de um aspecto para outro do estímulo, assim como, manter a atenção durante um período prolongado que lhe permite ter iniciativa na procura (MARTINHO, 2011, p. 39).

Dessem e Polonia (2007) afirmam que para compreender os processos de desenvolvimento do sujeito, é preciso ter um foco no contexto familiar, no contexto escolar e suas inter-relações. A escola e a família são ambientes de desenvolvimento e aprendizagem, e ambas podem tanto serem propulsoras como inibidoras deles.

Carvalho e Carvalho (2014) narram que Vygotsky afirma que todo ser humano se compõe e se estabelece por meio de seu conhecimento, e essas se dão a partir de sua influência mútua com a sociedade e com outro indivíduo, por meio de uma relação dialética. Neste âmbito dá-se o início a Inclusão:

Com esta postura houve uma definição coerente e específica sobre indivíduos com Necessidades Educacionais Especiais, denominada (NEEs), como pontuada na Declaração de Salamanca, porém a terminologia: Necessidades Educativas Especiais, distingue-se todos os indivíduos, especificando crianças e jovens que apresentam em seu quadro existencial, necessidades como consequência de seu potencial ou mesmo das dificuldades de aprendizagem (GARGHETTI; MEDEIROS; NUERNBERG, 2013).

Mendes (2006) menciona, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado” LDBE, que se encontra no (art.58 e seguintes). Assim sendo, é claro e muito bem compreendido

que o acolhimento educacional especializado, sedará tanto em salas de aula, escolas ou mesmo por meio de serviços especializados. Neste âmbito, será abordado a Síndrome de Down. Uma alteração genética, que torna o indivíduo que há tem, um portador de Necessidades Especiais. Conhecendo assim, suas dificuldades, limitações, como também necessidades, que precisam ser trabalhadas e que fazem parte da educação inclusiva brasileira, e sendo esses portadores amparados pela lei brasileira.

Coppetti *et al* (2006) alega que o indicativo médico cognominado de Síndrome de Down, foi descrita pelo termo Mongolismo no decorrer de 1866 pelo Dr. Langdon Down, sendo identificada, apontando o comparecimento de um cromossomo extra no grupo G. O antigo termo “mongolismo” mencionava a esta síndrome, com base no semblante oriental, causados pelas pregas epicêntricas quanto pelas fissuras nas pálpebras anuídas para cima. Nos dias atuais, está terminação é inadequada, sendo indicada pelos próprios médicos que ao diagnosticarem a síndrome, exhibe o quadro que o distingue como: Síndrome de Down, que este termo não seja utilizado relata Martinho (2006).

A criança com Síndrome de Down, devido a vários fatores que caracterizam esta Síndrome, apresenta um atraso no desenvolvimento da linguagem se comparada a outra criança, ou seja, manifesta dificuldades de comunicação. Devido aos problemas de audição e de memória a curto prazo (com a qual retém as palavras que ouve e as marcas gramaticais), que lhe dificultam e tornam mais lenta a aprendizagem da língua e da fala. A fala nestas crianças não progride no mesmo ritmo que a da criança que não possua a Síndrome (MARTINHO, 2011, p.81).

Bissoto (2005) esclarece que os portadores desta Síndrome apresentam a anormalidade cromossômica mais comum inteirando 92% dos casos e os 8% restantes advêm de translocações. Há muitas discussões sobre o porquê das alterações cromossômicas, neste intuito é relevante ponderar sobre as perspectivas de alguns autores, pois a educação também traz em si a busca do conhecimento, mediante tal questão, pondera-se:

Alão (2010) menciona que no decorrer de 20 anos, muitos profissionais coligaram seus serviços em prol ao paciente, no intuito de conscientização, e a humanização das dificuldades envolvidas na gestação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial e Inclusiva, são ferramentas do processo educacional, que traz em si o enfoque da escolarização de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, priorizando o bem-estar desses alunos que apresentam deficiências físicas ou neurológicas, porém, que tem como direitos o desenvolvimento físico, psíquico e cognitivo.

A escola inclusiva também visa atendimento aos alunos com dificuldades cognitivas, dificuldades que por vezes findam por atrapalhar a escolarização em uma escola regular, neste âmbito o Atendimento Educacional Especializado fortalece as aptidões, suprimindo as lacunas que o aluno deficiente necessita para continuar aprendendo.

O atendimento educacional especializado precisa ser uma realidade nas escolas que visam atender está clientela, como também pode ser uma realidade para outras instituições, que realmente visam a inclusão do ser humano como fator em seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÃO, M. J. *et al.* *Aspects Épidémiologiques, Cliniques et Cytogénétiques du Syndrome de Down au Service de Pédiatrie et Génétique Médicale du Centre National Hospitalier et Universitaire de Cotonou, Bénin: À Propos de 20 Cas.* **Clinics in Mother and Child Health**, v. 7 (2010), 6 p. Disponível em: <https://www.walshmedicalmedia.com/open-access/centre-national-hospitalier-et-universitaire-de-cotonou-bnin--propos-de-cas-2090-7214.1000106.pdf>. Acesso em: 18 jul.2023.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Integração social do deficiente: análise conceitual metodológica. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 63-70, ago. 1995.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1995000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 jul. 2023.

ARANHA, M. S. F. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. Marília: UNESP, 2001. Disponível: <https://claudialopes.psc.br/wp-content/uploads/2021/08/Paradigmas.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. **Plano decenal de educação para todos**. 1993-2003. Brasília: MEC, 1993 - versão acrescida, 136 p.

BISSOTO, Maria Luísa. Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 80-88, mar. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212005000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 jul. 2023.

CARVALHO, A. D. A; CARVALHO, M. H. S. Uso do laboratório escolar de informática (LEI) e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no cotidiano escolar: O caso do 1º Ano da Escola de Ensino Médio Monsenhor Aguiar em Tianguá-CE. **Revista Aprendizagem em EAD**, Ano 2014, v. 3, n. 1, nov. 2014. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/raead/article/view/5245>. Acesso em: 18 jul. 2023.

COPETTI, F. *et al.* Comportamento angular do andar de crianças com Síndrome de Down após intervenção com equoterapia. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 6, p. 503-507, nov./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/LyhfbdWwPwHnC3P6VMTSq4b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CORRÊA, F. I; SILVA, F. P; GESUALDO, T. Avaliação da imagem e esquema corporal em crianças portadoras da síndrome de Down e crianças sem comprometimento neurológico. **Revista Fisioterapia Brasileira**, v. 6, n. 1, p. 19/23, jan./fev. 2005. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-413020>. Acesso em: 20 jul. 2023.

DANELUZ, Mariluci. Escola e família: duas realidades, um mesmo objetivo. I **Simpósio Nacional de Educação e XX Semana da Pedagogia**. Cascavel: UNIOESTE, 2008.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 17, n. 36. Jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/dQZLxXCSTNbWg8JNGRcV9pN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2023.

GARGHETTI, F. C.; MEDEIROS, J. G; NUERNBERG, A. H; **Revista Electrónica de Investigación y Docencia** (REID), n.10, jul. 2013, p. 101-116.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo Perspec.**, v. 14. n. 2, abr/jun 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/3kryptZP7RGjjkDQdLFgxJmg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MANTON, M. T. É. Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas. In: Maria Teresa Égler Mantoan. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2008, v. 1, p. 29-41.

MARTINHO, Liliana Sofia Tavares. **Comunicação e Linguagem na Síndrome de Down**. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) Escola Superior de Educação Almeida Garret, Lisboa, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/48576149.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.

MAZZOTA, M.J.S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 33 set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2023.

MOREIRA, L.M.A.; CHARBEL, N.H.; GUSMÃO, F.A.F. A síndrome de Down e sua patogênese: considerações sobre o determinismo genético. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 22, n. 2, p. 96-99, jun. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/XTSyqsLMHs56f4LmdznG4Vk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2023.

OMOTE, S. Estigma no tempo da inclusão. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, set. /dez. 2004, v.10, n.3, p.287-308. Disponível em: <https://www.abpee.net/pdf/artigos/art-10-3-3.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PIMENTEL, Susana Couto. **(Con) viver (com) a Síndrome de Down em escola inclusiva**: mediação pedagógica e formação de conceitos. 2007. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/10562>. Acesso em: 19 jul. 2023.

SILVA, Aline Maira da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. **(Série Inclusão Escolar)**. Curitiba: IBPEX, 2010.

SILVA N. L. P; DESSEN, M. A. Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família. **Interação em Psicologia**, v.6, n. 2, 2002. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/f481/1629bdbd9fb606128660e9ce94b3e1faaa71.pdf> . Acesso em: 19 jul.2023.

VOIVODIC, M A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.